

REFORMULAÇÃO DA DIRECTIVA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS: CONSELHO E PARLAMENTO EUROPEUS TOMAM POSIÇÃO

Em 18 de Dezembro de 2017, o Conselho Europeu adoptou o '[general approach](#)' sobre uma proposta da Comissão [[COM\(2016\) 767 final](#)] para a reformulação da directiva que promove a utilização de energias renováveis na União Europeia. Por seu lado, o Parlamento Europeu (PE) aprovou, já em Janeiro de 2018, propostas de [alteração](#). A negociação interinstitucional (trílogo) já teve início.



Na nova legislação mantém-se a promoção da geração distribuída e da microgeração, favorecendo o consumidor-produtor ao estabelecer procedimentos simplificados para as pequenas instalações eléctricas e criando as figuras de 'autoconsumidores renováveis' e de 'comunidades de energia renovável', medidas que o Parlamento também apoia mas pretende ver ainda mais desenvolvidas.

Para o contributo da energia renovável no total do consumo de energia, a Comissão aponta o objectivo de pelo menos 27% em 2030, contrapondo o PE uma meta de 35% e a existência de metas nacionais, embora com alguma flexibilidade. É incentivada a contribuição das energias renováveis para o aquecimento e arrefecimento, devendo os EMs adoptar medidas para alcançar o crescimento anual de 1% deste sector.

Na área dos transportes, o Conselho propõe 14% de renováveis em 2030 em cada EM, dos quais 3% deverão ser 'biocombustíveis avançados' (com a meta intercalar de 1% em 2025). Os combustíveis avançados terão contagem dupla para o cálculo desse objectivo e a electricidade de origem renovável terá contagem quintupla no transporte rodoviário e dupla no transporte ferroviário. A contribuição dos biocombustíveis, biolíquidos e combustíveis de biomassa produzidos a partir de culturas alimentares para consumo humano e animal, no sector dos transportes rodoviário e ferroviário, fica limitada a 7% do consumo final de energia nos transportes. Este limite é reduzido para 3,8 % em 2030.



Por seu lado, o Parlamento Europeu propõe 12% de energia renovável nos transportes em 2030, mas reforçando para 10% a parte atribuída a biocombustíveis avançados, biocombustíveis, outros combustíveis renováveis de origem não-biológica, combustíveis derivados de resíduos e electricidade renovável. Para promover a electricidade no sector rodoviário, o Parlamento propõe ainda que em 2022 existam instalações de carregamento rápido para veículos eléctricos em 90% das estações de serviço ao longo das estradas das Redes Transeuropeias.



Position Paper de FuelsEurope sobre a proposta de Directiva



A associação europeia dos refinadores [FuelsEurope](#) tem uma opinião genericamente favorável [[Position Paper on RED II](#)] em relação aos objectivos da proposta directiva, mas com algumas críticas e observações. Nomeadamente, quanto à fixação de metas que possam não ser realistas para 'biocombustíveis avançados', aconselha que essas metas sejam sujeitas a uma 'verificação de viabilidade' antes de serem adoptadas.

Na mesma linha, a FuelsEurope defende que a legislação deve permitir suficiente flexibilidade para que os objectivos globais sejam alcançados pelo modo que se revele mais eficiente. Tendo em atenção as obrigações de redução de emissões que impendam sobre os produtores de combustíveis, e no mesmo sentido de flexibilidade, sugere a introdução da noção de 'equivalente de combustível renovável avançado' para aplicar, por exemplo, a tecnologias que produzam combustíveis muito eficientes ou para combustíveis em cuja produção se utilize hidrogénio renovável e sustentável.

Contributo EURELECTRIC sobre a posição do Conselho Europeu

A Eurelectric, associação da indústria da electricidade na Europa, também apresentou [contributos](#) sobre a proposta de directiva e, em particular, sobre as posições do Conselho Europeu.



Favorável às medidas para uma maior integração das energias renováveis no mercado, abrangendo também os autoconsumidores e as comunidades de energias renováveis, defende também esquemas de apoio às renováveis baseados em mercado e tecnologicamente neutros, salvo casos justificados.

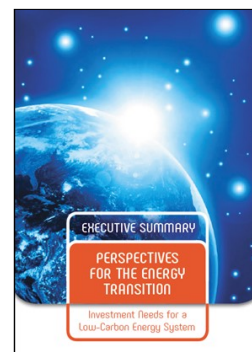
Visando um quadro regulatório estável até 2030, a Eurelectric apela à revisão das actuais 'guidelines' para as ajudas de Estado às renováveis ([EEAG](#)), e apoia o factor 5 na contabilização da electricidade de origem renovável no transporte rodoviário, que traduz o ganho de eficiência em relação ao motor de combustão interna.

ESTUDO IEA/IRENA: PERSPECTIVAS PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A *International Energy Agency* (IEA) e a *International Renewable Energy Agency* (IRENA) produziram um estudo sobre os investimentos necessários para que a transição do sector energético conduza, até 2050, a uma redução das emissões de GEE coerente com o objectivo de limitar a 2°C a subida média da temperatura no final do século.

A IEA no seu estudo adopta para a descarbonização do sector energético uma trajectória tecnologicamente neutra, enquanto a IRENA enfatiza o potencial das renováveis e da eficiência. Contudo, as respectivas conclusões apresentam semelhanças, em termos globais.

Na base de ambos os estudos está um 'budget' carbónico de 790 Gt para o sector energético, compatível com o objectivo dos 2°C (com uma probabilidade de 66%). É um número extremamente desafiante, uma vez que, na base das 'Nationally Determined Contributions' (NDCs) assumidas na Conferência de Paris, o sector energético emitiria 1260 Gt até 2050 - ou seja, 60% acima do referido 'budget' (isto é, o total de emissões associadas à energia nesse período).



Algumas conclusões



A AIE conclui que as emissões carbónicas relativas à energia deveriam ter um pico até 2020 e reduzir-se 70%, em relação aos níveis actuais, até 2050. A parte dos combustíveis fósseis na energia primária deveria reduzir-se a metade, enquanto o conjunto das renováveis, nuclear e combustíveis fósseis com CCS deveria triplicar, passando a representar 70% da energia primária.

A electricidade de baixo carbono representaria 95% da produção, 70% dos veículos seriam eléctricos, o parque edificado estaria energeticamente requalificado e a intensidade energética da indústria seria 80% mais baixa do que actualmente.

Para conseguir estes resultados, o preço do carbono deverá atingir US\$190 e devem ser implementadas desde já exigentes políticas de eficiência, por forma a conseguir uma taxa de redução da intensidade energética da economia de 2,5% ao ano (o triplo do que foi alcançado recentemente), devendo o desenvolvimento tecnológico ser fortemente incentivado.

A IRENA, por seu turno, calcula que a parte das renováveis na energia primária deverá aumentar dos actuais 15% para 65% em 2050 e que a eficiência energética deverá crescer à taxa anual de 2,5% já a partir de 2030, o que permitiria manter o consumo de energia em 2050 sensivelmente ao seu nível actual.



Quanto ao investimento no sector energético, a AIE estima que deve atingir, em média, USD3.5 milhares de biliões por ano (sendo que em 2015 foi apenas de 1.8), verificando-se declínio do investimento no sector fóssil e aumento do investimento na geração renovável (+150%). Mas a descarbonização também implica importantes investimentos do lado do consumo (sectores do transporte, doméstico e indústria), onde deve crescer por um factor dez relativamente ao verificado recentemente.

De notar que o crescimento das renováveis não exclui a necessidade de continuar a investir no sector fóssil, nomeadamente para compensar o declínio das actuais áreas de produção, mas o gás natural passa a predominar, enquanto o petróleo e, sobretudo, o carvão decrescem.

Ambos os estudos concluem que a transição energética coloca riscos aos investidores, na medida em que venha a colocar fora de serviço instalações não amortizadas (criando 'stranded assets') – sendo que esse risco cresce muito, se a transição necessária for retardada. Assim, as políticas e as medidas devem, também por este motivo, ter um enquadramento estável e ser promovidas atempadamente.

As análises da AIE e da IRENA concluem, de igual modo, que a transição energética proporcionará co-benefícios significativos, tais como menor poluição atmosférica e menor custo de energia para os países importadores de combustíveis e para os consumidores. E também que, embora o investimento global no sector seja importante, o adicional de investimento implícito na transição para um sector energético de baixo carbono é, apenas, uma pequena parcela do PIB mundial, custo adicional que os referidos benefícios indirectos mais que compensarão, resultando, portanto, num balanço positivo.

INTERCONEXÃO DO GOLFO DA BISCAIA

Uma nova interconexão de energia eléctrica, que se insere Corredor Prioritário Europeu Ocidental (NSI West Electricity), ligará em corrente contínua a região da Aquitânia em França (Cubnezais) ao País Basco espanhol (Gatika), num trajecto de 370 Km que inclui 280 Km submarinos. O projecto qualificou-se para um apoio europeu até €578,487,000 ao abrigo do '2017 CEF Energy Call for Proposals'.

A concretização do projecto está a cargo da [INELFE](#) (Interconexión Eléctrica Francia-España), constituída em 2008 entre a REE (Red Eléctrica de España) e o RTE (Réseau Transport d'Électricité). Esta é a mesma entidade que já concretizou a ligação pirenaica entre Baixas (France) e Santa Llogaia (Spain), que entrou em operação em Outubro de 2015.

A nova ligação aumentará a capacidade de interconexão entre a Península Ibérica e França de 2,800 MW para 5,000 MW, melhorando a segurança, a estabilidade e a qualidade do abastecimento eléctrico entre as duas regiões e, também, com o resto da Europa – melhoria que, indirectamente, também interessa a Portugal.



SEGURANÇA NAS OPERAÇÕES OFFSHORE



As companhias petrolíferas que operam em águas europeias devem dar pleno cumprimento até 19 de Julho às regras de segurança estabelecidas na Directiva relativa à segurança das operações offshore de petróleo e gás [[Directiva 2013/30/EU](#) que alterou a Directiva 2004/35/CE].

Esta Directiva foi aprovada em 2013, na sequência do desastre ambiental no Golfo do México resultante da fuga de petróleo na plataforma Deepwater Horizon da BP, tendo estabelecido um prazo até 2015 para a sua transposição e concedido um período transitório para a sua aplicação.

Nos termos desta directiva, os operadores ficam obrigados a identificar o cenário mais grave e a criar os correspondentes procedimentos que assegurem a sua não ocorrência. Devem ainda desenvolver planos de mitigação de acidentes graves, como um derrame de petróleo, e submeter todos esses planos a uma verificação independente.

Antes de concederem licenças a uma empresa, os Estados membros devem assegurar-se da sua capacidade financeira e técnica, e os cidadãos devem ter acesso à informação sobre as medidas que garantem a segurança das instalações. As companhias ficam totalmente responsáveis pelos prejuízos ambientais causados às espécies marinhas protegidas e aos habitats naturais.



REFLECTIR NA APE A ESTRUTURA ACTUAL DO SECTOR ENERGÉTICO

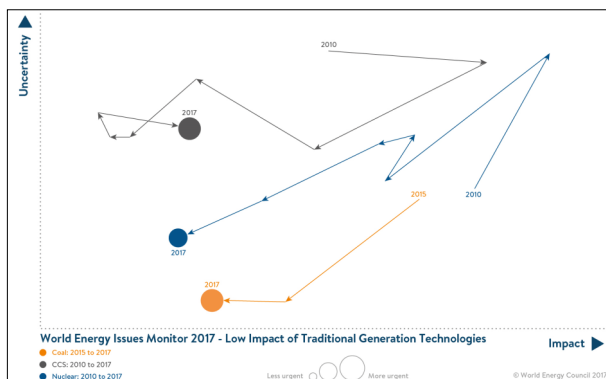
A Assembleia Geral da APE realizada em 22 de Março para apresentação do Relatório e Contas de 2017 recomendou à Direcção que promovesse a adesão de novos Associados, tendo em atenção a necessidade de fazer corresponder a estrutura do corpo associativo à diversidade de entidades que passaram a intervir no sector, na sequência da sua liberalização. Aprovou, também, uma actualização da quotização a aplicar a partir do próximo ano, visando um saudável equilíbrio do orçamento de funcionamento.

Reunindo de forma transversal os actores do sector energético, - da produção ao consumo, passando pelos mercados, serviços e administração pública, - a APE constitui um forum com condições privilegiadas para debater as questões da actualidade e as perspectivas do futuro. A APE oferece, assim, um complemento à actividade das entidades que representam de áreas específicas do sector energético, com as quais também colabora.

Enquanto Comité representativo de Portugal no World Energy Council, A APE, oferece aos seus Associados a integração nesse organismo de âmbito mundial e o acesso aos seus estudos e actividades - proporcionando, através da integração nos seus grupos de trabalho, o aumento das redes de contactos e a projecção das competências, relevante mais valia num período em que as empresas nacionais procuram a internacionalização.

PAPEL DO CCS/CCSU NA DESCARBONIZAÇÃO

O Relatório [Global Status of CCS Report: 2017](#), publicado pelo [Global CCS Institute](#) faz um amplo ponto de situação sobre as potencialidades, as barreiras existentes e os desenvolvimentos recentes das tecnologias de captura, armazenamento e utilização de CO₂ para a descarbonização.



A captura e armazenamento (ou eventual utilização) de CO₂ (com a sigla CCS/CCUS), tem vindo a perder relevância na panóplia das tecnologias conducentes à descarbonização: isso torna-se muito evidente - globalmente e, mesmo, ao nível do nosso País, - no estudo 'World Energy Issues Monitor' publicado pelo World Energy Council (ver figura). Aliás, na União Europeia, as iniciativas da Comissão para apoiar projectos de demonstração têm encontrado pouca resposta.

Refira-se contudo que, recentemente, a Comissão Europeia lançou novas iniciativas de apoio a esta tecnologia, designadamente no âmbito do [SET-Plan Action nº9](#) (uma [Declaração](#) enuncia como objectivos a demonstração e a sustentabilidade do CCS e CCUS). Também, através da [ERA-NET Accelerating CCS Technologies \(ACT\) Initiative](#) foi co-financiado (cerca de €15 milhões) o consórcio responsável pelo projecto [ALIGN-CCUS](#)

que se foca no potencial desta tecnologia para a descarbonização de seis polos industriais da Europa.

É importante realçar que o armazenamento de CO₂ é utilizado, desde há muito, para a estimulação da produção nos campos petrolíferos, mas esta solução de armazenamento não esgota o problema: há também que prever o armazenamento noutras estruturas geológicas, e que explorar o enorme potencial de desenvolvimento dos processos de captura e de reutilização. Contudo, o Global Status of CCS Report constata que esta tecnologia não tem recebido a atenção nem o apoio necessários para conseguir obter os ganhos da curva de aprendizagem e se tornar mais madura e competitiva.

Uma tecnologia necessária

Existe um significativo afastamento entre a descarbonização necessária para que o aumento da temperatura média fique abaixo dos 2°C e a que será conseguida com base nos compromissos nacionais apresentados na Conferência de Paris, não sendo as renováveis e a eficiência meios suficientes para alcançar aquele objectivo. Aliás, as renováveis não são solução aplicável em muitos processos industriais, caso do aço, cimento, papel, químicos e fertilizantes, onde o CCS/CCUS terá portanto aplicação privilegiada. A título de exemplo, a eventual introdução massiva de hidrogénio no sistema energético pode beneficiar do CCS, sendo o H₂ produzido a partir de carvão ou do gás natural (com o CO₂ como subproduto) mais competitivo que a produção de hidrogénio por electrólise com electricidade de origem renovável.

Entidades internacionalmente reconhecidas, como a AIE e o IPCC, apontam como solução para colmatar aquele défice, precisamente, o CCS/CCUS, reforçando esse parecer com a afirmação de que os custos para alcançar a meta ambiental duplicarão (segundo IPCC) ou aumentarão em US\$3.5 milhares de biliões (segundo a AIE) se não houver o recurso a esta tecnologia.

O Relatório do Global CCS Institute estima que em 2040 serão necessárias mais de 2000 instalações de CCS para absorver os 14% que lhe são 'atribuídas' pela AIE no esforço global de redução das emissões de CO₂, sendo que actualmente apenas se contabilizam 17 instalações de grande dimensão, e prevendo-se que mais quatro entrem em operação em 2018.

